



**MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO**  
**SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE**

2.  
C  
C  
C  
03 08 93  
/   
Icararia

Processo no 10.380-009.739/90-98

**Sessão de :** 18 de novembro de 1992 **ACORDÃO N° 203-00.027**  
**Recurso n°:** 89.662  
**Recorrente:** FAZENDA SERRA VERDE LTDA.  
**Recorrida :** DRF EM FORTALEZA - CE

**IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - BASE DE CALCULO.** Valor da terra nua. O Decreto nº 84.685/80 não proibiu a aplicação de coeficiente de atualização uniforme, para aferição da base de cálculo do tributo. Não compete ao Julgador Singular, nem ao Órgão Colegiado, discutir sobre a legalidade de atos legislativos superiores, emanados de autoridades competentes. Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por FAZENDA SERRA VERDE LTDA.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1992.

ROSALVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente

1. **STEEL** **LOAD** **TEST** **DATA** **REPORT**

DALTON MIRANDA — Procurador-Representante da Fazenda Nacional.

VISTA EM SESSÃO DE 08 JAN 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, SERGIO AFANASIEFF, MAURO WASTLEWSKI e SEBASTIÃO BORGES TAQUARY.  
opr/ovrs/ac/ja/cf



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

95

Processo no 10.380-009.739/90-98

Recurso N°: 89.662  
Acórdão N°: 203-00.027  
Recorrente: FAZENDA SERRA VERDE LTDA.

R E L A T O R I O

Contra a ora Recorrente foram emitidas as notificações de lançamento do ITR e demais contribuições, relativas ao exercício de 1990 (fls. 03 e 04), no importe de Cr\$ 13.417,20, além dos encargos legais.

Inconformada, em prazo, oferece suas razões de impugnação, pelas quais, em breve relato, alega que o órgão lançador - INCRA - elaborou tais lançamentos em desacordo com o artigo 7º, parágrafo 4º, do Decreto no 84.685, de 06.05.80, pelo qual, a aferição da base de cálculo do ITR é o valor da terra nua, corrigido anualmente por coeficiente estabelecido para cada unidade da Federação. Diz, ainda, que a Portaria Interministerial no 560/90, determinou coeficiente único para todas as unidades da Federação, estando residindo aí a nulidade do lançamento impugnado.

As fls. 10, manifestou-se o INCRA no sentido em que, de fato, "optou-se pela utilização do índice de variação do IPC como parâmetro para atualização do valor da terra nua, para o exercício de 1990, em todas as unidades da Federação".

Sobreveio a Decisão de fls. 12/14 com a seguinte ementa:

"IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL.  
BASE DE CÁLCULO

A base de cálculo do tributo é o valor da terra nua constante da declaração de cadastro ou avaliação feita pelo INCRA.

\*\*\*\*\*  
LANÇAMENTO PROCEDENTE".

Irresignada, a Contribuinte, em prazo, interpõe o Recurso Voluntário de fls. 20/28, repisando os argumentos jurídicos dispendidos na impugnação, acrescentando o aspecto fático, de que "não se pode estabelecer um coeficiente único de atualização do valor da terra nua em todas as unidades da Federação, face às mesmas diferenças sócio-econômicas das diversas regiões do território brasileiro", citando como exemplos comparativos, os Estados de São Paulo, Paraná, com o Estado do Ceará.

E o relatório.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO  
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.380-009.739/90-98  
Acórdão no 203-00.027

96

**VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS**

Não podem prosperar as razões arguidas pela Recorrente.

Com efeito, a princípio poder-se-ia admitir certeza ao raciocínio da Defendente, no que se refere à desigualdade de tratamento na aferição da base de cálculo, ao adotar índice único para todos as unidades da Federação, consonante a Portaria Interministerial no 560/90 (27.09.90).

Assim não entendo, porém.

E que, em primeiro lugar tenha-se presente que a conduta fiscal, orientada pela portaria em apreço, em nada alterou o valor da terra nua (base de cálculo), isto porque, sabidamente, as terras no Estado do Ceará já estavam com seu valor tributável inferior aos Estados do Sul, vez que o INCRA não vinha atualizando anualmente o mencionado valor da terra nua, como, aliás, informa o próprio Decreto no 84.685/80.

Ao depois, como bem frisou a Autoridade Julgadora de Primeira Instância, não cabe à autoridade administrativa, e também a este Colegiado, discutir sobre legalidade de atos superiores, a que está submetida e obrigada a cumprir.

Outrossim, esclareçase que o Decreto no 84.685/80 não proibiu a aplicação de igual e único coeficiente de atualização, por parte do INCRA.

Isto posto, conhço do recurso voluntário por tempestivo, mas no mérito nego-lhe provimento, para o fim de manter-se a Decisão Recorrida, prosseguindo-se o processo aos seus ulteriores termos.

Sala das Sessões, em 18 de novembro de 1992.

TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS